



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/12/2015

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. APRENDENDO COM MARIA DA PENHA.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. COMARCAS.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. COMARCAS.....	4
3.2. JUÍZES.....	5
3.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	6

Projeto incentiva a prevenção da violência doméstica contra mulheres



A meta é reduzir os casos de agressão a 20%

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) desenvolve o projeto educativo “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano”. A iniciativa visa divulgar a Lei nº 11.340/2006, aprovada há 9 anos, para proibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A meta é reduzir os casos de agressão a 20%, em dois anos.

O público - alvo do projeto são os agressores em potencial, cujo perfil socioeconômico foi identificado em pesquisas realizadas pelas varas de violência doméstica e familiar contra a mulher das comarcas de São Luís e Imperatriz.

Os resultados do levantamento indicaram que os agressores mais recorrentes estão entre os operários da construção civil, motoristas e vigilantes, nessa ordem.

Desenvolvido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER-TJMA), desde 2014, as ações do projeto já alcançaram, diretamente, mais de mil pessoas. Consistem na realização de palestras e oficinas sobre noções básicas de cidadania, parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais para atender agressores e vítimas, capacitação profissional da vítima e sua inserção no mercado de trabalho e reconstrução de vínculos afetivos e familiares.

A iniciativa foi estendida, também, à Região Metropolitana de São Luís e algumas comarcas do interior. “Faz-se urgente a compreensão de que os direitos da mulher são direitos humanos, e que a modificação da cultura de

subordinação calçada em questões de gênero requer uma ação conjugada do Poder Público e da sociedade civil organizada”, acrescenta a presidente da CEMULHER, desembargadora Ângela Salazar.

Outra iniciativa é a distribuição da cartilha “Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano – o que você precisa saber”. O material, disponível no Portal do Judiciário, é difundido nas escolas, associações de bairro, entidades classistas e empresas, principalmente aquelas em que o público masculino é referência.

Para acolher as mulheres agredidas e seus filhos, o TJMA mantém a “Casa Abrigo”. No local, é oferecido atendimento integral, com assistência jurídica, social e psicológica às vítimas.

Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking mundial de homicídios de mulheres. Do total de mulheres que sofreram agressão física, 48% foram violentadas em sua própria casa. E 41,61% delas foram agredidas pelo marido, ex-marido ou parente próximo. As estatísticas foram divulgadas em pesquisa sobre a atuação do Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha, no ano de 2013.

TJMA tem novas salas especiais de depoimento de menores

Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, física e psicológica em processos judiciais são instalados nas salas; o estado do Maranhão já tem o serviço funcionando em 27 comarcas, somente Imperatriz tem duas

As comarcas de Codó, Itapecuru, Maracáumê, Imperatriz, Zé Doca, São José de Ribamar e Paço do Lumiar inauguraram salas de depoimento especial para ouvir crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física e psicológica em processos judiciais.

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, fez a instalação simbólica no gabinete da Presidência da Corte. Com mais esta ativação, sobe para 25 o número de salas de depoimento especial, instaladas na atual gestão.

O serviço está implantado nas comarcas de Caxias, Timon, Coelho Neto, Pedreiras, Presidente Dutra, Chapadinha, São Bernardo, Santa Luzia do Paruá, Pinheiro, Raposa, Porto Franco, Balsas, Bacabal, Santa Inês, São João dos Patos, São Luís, Coroatá, São Mateus, Codó, Itapecuru, Maracáumê, Imperatriz, Zé Doca, Ribamar e Paço do Lumiar, além da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ).

A Comarca de Imperatriz tem duas salas. Uma delas foi instalada em período anterior à gestão, a exemplo daquela implantada na Comarca de Coelho Neto. No total, são 27 salas de depoimento especial em funcionamento no estado. Outra sala será instalada no Fórum de Urbano Santos e levará o nome de Maysa Moreno da Silva, criança assassinada em decorrência de

MAIS

Comarcas que já dispõem da sala

Caxias
Timon
Coelho Neto
Pedreiras
Presidente Dutra
Chapadinha
São Bernardo
Santa Luzia do Paruá
Pinheiro
Raposa
Porto Franco
Balsas
Bacabal
Santa Inês
São João dos Patos
São Luís
Coroatá
São Mateus
Codó
Itapecuru
Maracáumê
Imperatriz
Zé Doca
São José de Ribamar
Paço do Lumiar

violência sexual, no mês passado, naquela cidade.

Avanço

Para a presidente do TJMA, o Maranhão consegue um avanço com a implantação das salas especiais.



Sala especial para depoimento de crianças e adolescentes em Comarca do interior do Maranhão

“Cada espaço representa a preocupação do Tribunal de Justiça e a proteção à criança ou adolescente que precisa comparecer à Justiça como vítima ou testemunha de violência”, ressaltou a magistrada ao entregar aos juízes kits com instruções sobre o funcionamento do serviço.

Os espaços são estruturados com equipamentos audiovisuais, interligados a uma sala de audiência, onde estão presentes juiz, promotor, advogados e partes. Nas salas, o menor é recebido 30 minutos antes da audiência.

A sessão é conduzida por profissional competente (psicólogo ou assistente social). Os equipamentos de transmissão de áudio e vídeo permitem que outros possam ver, ouvir e participar fa-

zendo perguntas ao facilitador. Após o depoimento, o magistrado decide sobre o andamento do processo e as implicações para as partes envolvidas.

Fórum de Coelho Neto foi o 1º a ter sala

“É um método que leva em conta as limitações da criança e o seu grau de compreensão dos fatos. No depoimento especial, ao contrário do método tradicional, evita-se a revitimização da criança, sem expô-la a constrangimentos no momento da audiência, que é

feita por profissionais habilitados”, ressaltou o desembargador Jamil Gedeon, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal (CIJ-TJMA).

O juiz Rômulo Lago, da 1ª Vara de Maracáumê, avaliou o método como importante, principalmente por reduzir o número de depoimentos exigido das vítimas. “Antes, seria necessário ouvir a criança, em média, sete vezes, considerando as exigências dos demais órgãos envolvidos no processo”, comparou.

No Maranhão, o primeiro espaço especializado na coleta do depoimento de crianças foi instalado em 2008, no Fórum de Coelho Neto, antes mesmo da recomendação feita pelo Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), em 2010. O espaço é coordenado pela juíza membro da CIJ, Karla Jeane Matos, também titular daquela comarca.

Capacitação

Em parceria com a CIJ, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) capacitou mais 80 servidores que atuam na coleta de depoimento de crianças e adolescentes. Os participantes foram indicados pelos juízes das comarcas que já possuem salas de depoimento especial. No início de junho, 24 magistrados foram capacitados para aplicar o método.

A implantação das salas de depoimento especial cumpre a Resolução nº 33/2010, do CNJ, que recomendou a criação de serviço especializado na oitiva de menores de idade, vítimas ou testemunhas de crimes, no qual a palavra da criança e do adolescente é valorizada na produção de provas testemunhais para a responsabilização dos agressores.

A iniciativa foi uma das que levou o Conselho a premiar o TJMA com o “Selo Infância e Juventude” (categoria bronze), pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e adolescente. ●

NA WEB

Mais notícias de Cidades em: oestadoma.com

Repasse

A Justiça Estadual obrigou a Prefeitura de Lago da Pedra a repassar à Câmara de Vereadores do município R\$ 132.931,35.

O valor corresponde ao repasse mensal, já previsto no Orçamento Municipal do atual exercício financeiro.

A Prefeitura contestava o valor do repasse. Apesar disso, o juiz Marcelo Santana, da 1ª Vara de Lago da Pedra, deferiu o pleito do Legislativo.

Santa Inês

Moradores do Bairro Coheb recebem primeiros títulos de propriedade

O projeto de regularização fundiária iniciado este ano entre a Corregedoria da Justiça e a Prefeitura de Santa Inês garante os primeiros títulos de propriedade para moradores do Bairro Coheb. A entrega dos títulos será feita durante solenidade realizada no Salão do Júri do Fórum de Santa Inês, marcada para acontecer a partir das 14h desta quinta-feira (17). A corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, e a juíza corregedora Oriana Gomes, à frente do projeto, procedem à entrega dos 70 (setenta) títulos. O evento conta com a parceria do Cartório do 1º Ofício do município e tem o apoio da Diretoria do Fórum local.

A entrega dos documentos que garante ao cidadão o título de propriedade da área que ocupa é fruto de termo de cooperação assinado pela Corregedoria e Prefeitura de Santa Inês com vistas à regularização fundiária no município, com o objetivo de viabilizar as condições necessárias ocupadas para concretização da regularização fundiária e urbanismo de áreas



Lançamento do Projeto de Regularização Fundiária na capital maranhense

ocupadas por população de baixa renda em Santa Inês.

INFRAESTRUTURA

Um dos pilares da atual gestão da CGJ, o Projeto de Regularização Fundiária da Corregedoria conta com a parceria do governo do Estado, prefeituras municipais, organizações e movimentos sociais e outras entidades e é voltado para moradores de baixa renda. No Maranhão, o projeto já contempla diversos municípios, a exemplo de São Luís (Coroado, Coroadinho, Cidade Operária, Cidade

Olimpica e Vila Embratel) Imperatriz, Caxias, Anajatuba, Santa Inês e São José de Ribamar.

Segundo a juíza Oriana Gomes, só na atual gestão já foram mais de cinco mil títulos de posse entregues na capital e outros quatro mil em Imperatriz. A entrega de três mil casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, pela Prefeitura, também está entre as ações do projeto.

A magistrada chama a atenção para as duas vertentes do

projeto – a regularização dominial (registro do título pelos cartórios), e a intervenção urbanística, a cargo da administração estadual e municipal e que envolve a infraestrutura da área a ser regularizada, aí incluídos saneamento básico (com esgotamento), acessibilidade (acesso a ônibus, escola, creche, etc.) habitabilidade e preservação do meio ambiente, entre outros. “Sem intervenção urbanística não há regularização”, disse a magistrada.

Corte eleitoral

A juíza Kátia Coelho tomou posse, ontem, como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, na vaga aberta pela juíza Alice de Sousa Rocha.

A magistrada, que foi escolhida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para atuar no TRE-MA no dia 28 de outubro, atuará nas eleições municipais de 2016.

- Durante os recessos de Natal e Ano Novo, os servidores da Corregedoria Geral da Justiça trabalharão no sistema de rodízios, que compreendem os períodos de 21 a 23 (Natal) e 28 a 30 de dezembro (Ano Novo).